

ATA DA SEPTUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 28-8-2019.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Idenir Cecchim, José Freitas, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum e Prof. Alex Fraga. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo nºs 176 e 180/19 e o Projeto de Resolução nº 029/19 (Processos nºs 0388, 0397 e 0374/19, respectivamente), de autoria da Mesa Diretora; o Projeto de Lei do Legislativo nº 118/19 (Processo nº 0253/19), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 174/19 (Processo nº 0385/19), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 164/19 (Processo nº 0354/19), de autoria de Felipe Camozzato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 135/19 (Processo nº 0294/19), de autoria de Lourdes Sprenger; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 055 e 141/19 (Processos nºs 0102 e 0308/19, respectivamente), de autoria de Márcio Bins Ely; o Projeto de Lei do Legislativo nº 152/19 (Processo nº 0323/19), de autoria de Mônica Leal. A seguir, foi apregoado Requerimento de autoria de André Carús, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia vinte e oito ao dia trinta de agosto do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Prof. Alex Fraga, Paulinho Motorista, Moisés Barboza, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, Valter Nagelstein, Adeli Sell e Mauro Pinheiro. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Mônica Leal. Em continuidade, Valter Nagelstein, Mauro Pinheiro e Moisés Barboza formularam Requerimentos verbais, solicitando Tempo Especial, nos termos do artigo 94, alínea “f”, do Regimento. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e dois minutos às quinze horas e vinte e quatro minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Moisés Barboza e Cláudio Janta. Em TEMPO ESPECIAL, nos termos do artigo 94, alínea “f”, do Regimento, pronunciou-se Valter Nagelstein. Às quinze horas e cinquenta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por João Bosco Vaz e Cassio Trogildo, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 011/18 (Processo nº 1330/18), considerando-se rejeitado o Veto Parcial oposto, por vinte e nove votos SIM e três votos NÃO, após ser discutido por Engº

Comassetto, Cassiá Carpes e Adeli Sell, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Eng^o Comassetto, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Felipe Camozzato, Mauro Pinheiro e Moisés Barboza. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Reginaldo Pujol, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Após, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Reginaldo Pujol. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 095/19 (Processo nº 0189/19), por trinta votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Eng^o Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Karen Santos e Mônica Leal, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foram apreciados conjuntamente e aprovados os Requerimentos nºs 093 e 098/19 (Processos nºs 0353 e 0391/19, respectivamente). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 106/19 (Processo nº 0422/19). Foi apregoado o Ofício nº 845/19, do Prefeito, comunicando que se ausentaria do Município do dia vinte e sete ao dia vinte e nove de agosto do corrente, a fim de participar de agendas em Brasília – DF – e em São Paulo – SP. Em prosseguimento, a Presidente declarou nula a votação do Requerimento nº 106/19. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 106/19 (Processo nº 0422/19). Foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Marcelo Sgarbossa, Aldacir Oliboni, Adeli Sell e Eng^o Comassetto, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/18 (Processo nº 1333/18). Foram apregoados Requerimentos de autoria de Aldacir Oliboni e Marcelo Sgarbossa, deferidos pela Presidente, solicitando a retirada de tramitação, respectivamente, do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 004/18 e do Projeto de Lei do Legislativo nº 035/14 (Processos nºs 0759/18 e 0466/14, respectivamente). Às dezesseis horas e vinte e oito minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 012/19 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 055/17 e 049/19; em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 008/19, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/19, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 066, 110, 113, 144, 151, 156 e 161/19, o Projeto de Lei do Executivo nº 011/19 e os

Projetos de Resolução nºs 027, 028, 030 e 031/19. Durante a sessão, Aldacir Oliboni, Moisés Barboza, Valter Nagelstein, Karen Santos, Cláudia Araújo, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Roberto Robaina e Engº Comassetto manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezesseis horas e vinte e nove minutos, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Alvoni Medina, Mônica Leal e Reginaldo Pujol e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 28 a 30 de agosto de 2019.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Um abraço aos meus colegas de bancada do PSOL, Ver. Roberto Robaina e Ver.^a Karen Santos. Eu me inscrevo para falar em período de liderança pelo meu partido porque é necessário que as pessoas racionais que ainda sobraram neste País utilizem espaços para a manifestação das suas argumentações no combate à estupidez humana. Cada vez mais, a nossa sociedade caminha a largos passos para o obscurantismo, negando o que a ciência construiu durante séculos de estudo. Esta semana, todos têm acompanhado os problemas na Região Norte do nosso País com relação aos incêndios na Floresta Amazônica. Eu tive que aguentar – e, obviamente, não pude me calar – manifestações como: na Amazônia, nesta época, os incêndios são naturais; a Floresta Amazônica passa por ciclos anuais de queimadas; isso faz parte da natureza. Senhoras e senhores, a estupidez humana não tem limite, e algumas pessoas estão conseguindo me provar que ela pode crescer ainda mais, que ela é infinita. O cerrado brasileiro, bioma que toma conta de boa parte da Região Centro-Oeste do nosso País, esse sim, na época de inverno, encontra-se em um período de estiagem, seca; portanto, as queimadas lá são corriqueiras. A Floresta Amazônica é uma floresta tropical equatorial com grande índice pluviométrico, e o a gente chama de estação seca, na Amazônia, é quando as chuvas não são tão abundantes, porém são diárias. E agora, como biólogo, preciso ter que enfrentar tais temas de pessoas que acreditam no terraplanismo, por exemplo, e agora vêm defender que a Amazônia é um bioma que queima com regularidade.

Os seres humanos vão conseguir o feito de levar a sua própria espécie à extinção! O que eu posso dizer como biólogo e evolucionista, é que a extinção é um processo natural. A extinção acontece com espécies que não são bem adaptadas à condição de vida e não conseguem resistir, sucumbem às pressões seletivas impostas pela natureza. Os seres humanos, durante muitos milênios, lutaram para sobreviver, e a sua sobrevivência foi garantida pelo desenvolvimento da cultura, pelo desenvolvimento da ciência e pelo desenvolvimento do senso de coletividade e apoio mútuo para a sobrevivência, já que não temos ferramentas e nem armas no nosso corpo que nos permitam sobreviver contra as pressões que o ambiente nos impõe. Se somos frágeis, se

o nosso corpo não é muito resistente, estamos aqui vivos somente por conta dos avanços que conseguimos como sociedade. E um grande setor, hoje em dia, da nossa população brasileira, nega avanços e tenta retroceder, tenta dizer que aquilo que a sociedade e a ciência construíram ao longo de séculos de existência não serve para nada ou deve ser questionado. Esse tipo de pensamento vai nos conduzir ao fim, a mais uma das tantas espécies listadas para a extinção, o que já aconteceu muito e continuará existindo em nosso planeta.

Não podemos calar frente à estupidez! E a estupidez marcha à galope na nossa sociedade atual. Um grande abraço às pessoas que são conscientes, que são racionais, que se apoiam em ciência para argumentar. É uma grande tristeza ver aqueles que se apoiam em boataria, em disse me disse ou em terrível achismo que está fazendo com que nós voltemos à era das trevas. Senhoras e senhores, agradeço a atenção de todos, em especial aos que nos acompanham pela TVCâmara, com muito pesar no meu coração porque, como cientista que sou, devo à minha formação acadêmica um pouco de luz e sempre que tenho dúvidas recorro à literatura para sanar as minhas ignorâncias; infelizmente, isso não é praxe dentro de boa parte da sociedade brasileira, em especial, os que apoiaram o homem que ocupa a cadeira presidencial neste exato momento. É com grande pesar que percebo que nossa sociedade está dividida entre aqueles que seguem a estupidez e as trevas e aqueles que gostariam de permanecer na luz. Grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Boa tarde, Presidente Mônica, vereadores e vereadoras presentes, pessoal nas galerias, pessoal que nos assiste em casa, muito boa tarde; eu gostaria de declarar hoje a minha solidariedade às famílias do ônibus incendiado por criminosos em Canoas, no bairro Mathias Velho. Na noite de segunda-feira, 14 pessoas ficaram feridas, duas delas, um idoso e uma gestante, em estado grave. Torço para que se recuperem o quanto antes desse lamentável incidente. A situação da violência é tão alarmante que um veículo de passageiros, mesmo com motorista, cobrador e fiscal, é facilmente atacado. Agora, imaginem, o quão vulnerável ficaria o coletivo, se passasse a operar sem cobradores, projeto que o nosso prefeito quer submeter à Câmara. Como já ressaltai em outras oportunidades, o trabalho do cobrador não é apenas cobrar passagem; ele também auxilia o motorista e orienta os passageiros, sendo indispensável para um transporte público seguro e de qualidade. Esses profissionais não podem ter seus cargos ameaçados pela administração pública. A população precisa se mobilizar para proteger esses trabalhadores, pois ela se beneficia da existência deles. De minha parte, podem com a minha luta aqui na Câmara. Não vamos admitir que a família dos cobradores seja abalada pelo desemprego, bem como a precarização do transporte público.

Eu falo sempre sobre essa situação lamentável desse ônibus em Canoas, e o que a gente pode ressaltar é que isso não pode virar moda – esses criminosos incendiarem ônibus. Às vezes, acontecem essas coisas no Rio, São Paulo, e, quando se vê, acaba vindo para Porto Alegre. Nós, como moradores de Porto Alegre, com certeza, precisamos ficar atentos, e as autoridades precisam ficar atentas. As nossas autoridades, Ver. Moisés, já que respeitamos bastante a nossa Brigada e a nossa Polícia Civil, com certeza, fazem um trabalho bom, mas precisam ficar alerta, porque, já que fizeram em Canoas, quando se vê, acontece aqui em Porto Alegre. Não podemos deixar isso acontecer, vamos fazer a nossa parte sempre levando essas demandas aos principais que atuam nessa área, a Brigada e a Polícia Civil.

Eu já aproveitei para falar da importância do cobrador no ônibus. Eu mesmo fui motorista por 24 anos, do que me orgulho muito, sempre precisei do cobrador ao meu lado para auxiliar e até para ele conseguir relatar o que é que está acontecendo lá no fundo do transporte coletivo. Eu vou lutar sempre para que a nossa classe rodoviária, os nossos cobradores não saiam. Já falei aqui das famílias que irão ficar desempregadas, 3,6 a 4 mil desempregados, familiares desses cobradores. O cobrador auxilia demais. Eu mesmo nunca pensei em trabalhar sem um cobrador. Muitas vezes, num passe livre, eu saía sem cobrador, passava o maior trabalho. O motorista já tem a responsabilidade de cuidar o trânsito, acidentes, outras coisas, sem o cobrador não tem como trabalhar. Eu continuarei lutando por essa classe que adoro, me criei junto com os cobradores, trabalhando como motorista, lutarei sempre a favor dessa classe, estarei sempre aqui pronto para recebê-los e quero sempre também contar com os demais, Ver. Oliboni, para que esse projeto, se vier para cá, para a retirada dos cobradores, que não passe, não passe porque nós fomos eleitos pela nossa população, temos que zelar por ela e pelos cobradores. Assim como já há tem desemprego total, ainda querem deixar mais gente desempregada? Muito obrigado, Presidente Mônica. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver.^a Mônica, o Sr. Felisberto Seabra Luisi, do Movimento Porto Alegre Não Está à Venda, quer entregar um abaixo-assinado a Vossa Excelência. Eu pediria que esse abaixo-assinado, inclusive, fosse anexado ao PLCE nº 016/18, que fala dos imóveis de Porto Alegre. Portanto, eu gostaria que Vossa Excelência recebesse esse abaixo-assinado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro. Sr. Felisberto, pode entrar para me entregar o documento. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente Mônica, colegas, todos que nos acompanham na tarde de hoje. Solicitei o primeiro momento para falar, na tarde de hoje, sobre essa bela notícia que nós temos aqui no

telão de que, a partir de hoje, Porto Alegre conta, oficialmente, com o reforço de 770 novos soldados da Brigada Militar.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Ontem, o Coronel Rodrigo Mohr Picon, do comando de policiamento da capital, fez a recepção do contingente, que aconteceu no Auditório Araújo Vianna. Nesta Casa, vários vereadores souberam que parte do efetivo, os novos concursados estariam aqui, pois, na realidade, Porto Alegre e o nosso corredor do entorno são responsáveis pelo maior percentual da mancha criminal, das ocorrências de crimes que a Brigada Militar atende. Então eu quero saudar o governo do Estado – governador Eduardo Leite, secretário, vice-governador – pelo empenho para que a gente pudesse contar com esse reforço na segurança pública, e nós, vereadores, estamos vendo em vários bairros as viaturas que vêm para amenizar um pouco a insegurança pública que a gente convive diariamente, infelizmente.

Outro assunto que eu trago aqui e divido com as senhoras e com os senhores, que não é nenhuma novidade, é o resultado da nossa solicitação às imagens deste prédio público, das áreas comuns, porque eu dividi, com as senhoras e com os senhores, uma preocupação pertinente: se aquele pedido que Vossas Excelências rejeitaram realmente foi entregue nesta Casa na quarta-feira pela manhã. A gente recebeu hoje a notícia de que, infelizmente, teve que ser acionada a justiça, mas nós tivemos um ganho para ter acesso imediato, Ver. Cassiá Carpes, Ver. Valter Nagelstein, e eu não posso deixar de citar as palavras do juiz: “É inquestionável que nos termos da Constituição Federal todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral. O órgão ou entidade pública deverá utilizar ou conceder o acesso imediato [em negrito no despacho] à informação disponível. Não há necessidade, portanto, de o Diretor-Geral fazer estudo da matéria, aliás, se para qualquer cidadão essa recusa já seria ilícita [vejam bem, recusar isso é ilícito], não dá, realmente, para compreender a dificuldade que vem sendo criada para disponibilizar o acesso às imagens para um representante popular e integrante desta Casa Legislativa.”

Então, nós estamos aqui, publicamente, dizendo que, infelizmente, tivemos que recorrer à justiça e estamos aguardando o acesso às imagens – eu tenho certeza que não tem algo que vá ofender alguém nas imagens. Nós estamos aguardando, porque o despacho usa o termo “de imediato” e ainda não recebemos o acesso às imagens. Que fique nesta Casa uma recomendação para que nós, no futuro, possamos sempre primar pela transparência do serviço público de verdade e que a gente lembre da máxima: quem não deve não teme; nada a temer, apenas a esclarecer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; prezados colegas vereadores; público em geral, na tarde de ontem eu protocolei o PLL nº 194/2019 para criação de um centro de referência para treinamento de cães-guia, visando aos cuidados do animal com acompanhamento de profissionais das áreas relacionadas ao tema, até o atendimento e acolhimento à pessoa com deficiência visual. Atualmente, segundo o Instituto de Responsabilidade e Inclusão Social – IRIS, a fila de espera de um cão-guia é de 3 mil pessoas no País; existem menos de 80 cães-guia, destinados a pessoas com deficiência. Encerrando a Semana Estadual da Pessoa com Deficiência, quero que meu mandato contribua com aquelas pessoas que estão desassistidas nas políticas públicas no nosso Município. Com o centro de referência poderemos criar convênios e parcerias entre Município e Estado para auxiliar, da melhor forma, no atendimento à população. Ressalto nesta tribuna que nós, como agentes políticos, temos responsabilidade com a lei de acessibilidade, valorizando a liberdade de locomoção. Também tenho que registrar minha crítica à falta de cuidados com as ruas e calçadas da nossa cidade, que se tornam obstáculos para os deficientes visuais e pessoas com dificuldades motoras. Contudo, peço que meus colegas parlamentares me ajudem a aprovar este projeto, com agilidade no andamento nas comissões, até chegar a este Plenário. Estender a mão ao próximo é mais do que uma luta, é um dever de cidadania. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente, só gostaria de lhe entregar a decisão judicial para que a gente possa ter acesso às imagens.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feita a entrega, vereador. Obrigada. O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Presidente Mônica Leal, colegas vereadores e vereadoras, na última semana, presenciamos aqui na Casa, vivenciando, Ver. Pujol, um fato inusitado que foi o dito pedido de *impeachment* do prefeito Marchezan. A origem deste pedido, todos dizem que vem da base do próprio governo. Bem, a maioria dos colegas vereadores e vereadoras, Ver.^a Cláudia, decidiu não fazer o *impeachment*. E nós já falávamos aqui... Quero repetir aqui, Ver. Conceição, o que disse naquela tribuna, Ver. Cecchim, que *impeachment* é coisa séria, não é o golpe que deram na Presidente Dilma, em nome de *impeachment*. Deram um golpe que está originando a destruição do Brasil. Nós estamos tendo o pior Presidente da história do Brasil, e não sou que estou dizendo isso, é geral. Bem, originou-se um *impeachment*; é nossa responsabilidade, Ver. Mauro Pinheiro – se a própria base está dizendo que há irregularidade –, que isso seja investigado, que isso seja apurado, que isso seja detalhado. Ontem, foi protocolado o pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar aqueles fatos ali colocados, assinado pela nossa bancada de oposição – o Ver. Roberto Robaina, líder da oposição, fez a primeira assinatura, portanto busca a

autoria e a presidência da CPI. Também partidos da base do governo assinam. Então, aqui, nós estamos, neste momento, empatados; não é uma CPI assinada, Ver. Adeli Sell, pela bancada de oposição, é assinada pela bancada de oposição e bancada da base do governo. E é bom que seja assim para que as investigações possam se dar com profundidade. Então, iniciamos um novo período de análise de discussões, principalmente com o compromisso e responsabilidade de tornar público os questionamentos que ali fizeram, que podem ter fundamentos ou não, mas nada melhor do que, Ver. Marcelo Sgarbossa e Ver. Aldacir Oliboni, investigar e responder para a sociedade. Outro tema que gostaria de falar aqui, que vem na mesma lógica dessa discussão, é que há um projeto de lei do Executivo Municipal que propõe simplesmente que a Câmara de Vereadores dê um cheque em branco para que o governo possa vender, aproximadamente, 1.500 áreas do Município de Porto Alegre – 1.500 áreas do Município de Porto Alegre! Nós já fizemos um requerimento, na semana passada, à presidência, para que só votemos este projeto se tivermos, no mínimo, a lista desses imóveis e que nos digam o que será feito com os recursos provenientes da venda deles, porque temos aqui várias cooperativas habitacionais, inclusive estou vendo uma que era lá da Atílio Superti, com a qual foi feito um acordo em 2005, entre o Governo Municipal e o Estadual, e até hoje não houve o reassentamento, sendo que um dos problemas principais é que não tinha área. Durou dez anos essa discussão de que não tinha área. Então, nós temos em Porto Alegre, ainda, Ver. Adeli, em torno de 750 vilas irregulares – está se discutindo onde reassentar as famílias da ponte do Guaíba. A Prefeitura desapropriou área para reassentar as famílias da Av. Tronco e até hoje não as reassentou.

Então, Ver.^a Mônica, todo o dia chega um pedido no Executivo Municipal para que novos equipamentos públicos sejam construídos na cidade de Porto Alegre, equipamentos de saúde, de educação, de segurança, de saneamento básico, estações de tratamento. Bom, nós entendemos que a prioridade dessas áreas públicas deve ser para esses projetos que venham atender a cidade. Agora, o governo quer vender essas áreas e, depois, se for preciso, terá que comprar essas áreas. E já existe uma carência imensa, Ver. Cecchim – o senhor sabe, trabalha com o ramo da construção civil. E para conseguir uma área para reassentar uma comunidade não é fácil; portanto, antes de colocar essas áreas à venda, que o DEMHAB faça um *checklist*. Tem uma lei estadual que permite conveniar com as entidades, com as cooperativas, com as associações, para que sejam feitos reassentamentos habitacionais. Nós devemos percorrer essa agenda em nome da qualidade de vida em Porto Alegre.

Portanto, Ver.^a Mônica, eu venho aqui só lembrar deste tema, que é um requerimento; como eu vi que esse tema está na Ordem do Dia, gostaríamos muito que o requerimento fosse atendido. Ver.^a Lourdes, das 1.500 áreas, a senhora que defende espaço para os animais públicos, que muitas possam ser destinadas para isso, inclusive. Então, essa é a posição aqui da bancada do Partido dos Trabalhadores. Agradeço muito aqui ao Ver. Marcelo Sgarbossa por poder falar aqui em nome da liderança. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Ver. Idenir Cecchim, nosso líder; Ver.^a Lourdes Sprenger, Ver. Mendes Ribeiro, agradeço o tempo de liderança do partido. Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, quem aqui neste plenário já não precisou uma vez ou outra do Hospital de Pronto Socorro? Pergunto aos Srs. Vereadores: quem nunca precisou do Hospital de Pronto Socorro para si ou para um familiar seu? O HPS é uma daquelas instituições na Cidade que não tem partido, não tem visão política, não tem esquerda, não tem direita, não tem briga – todos têm carinho, respeito, consideração, apreço pelo Hospital de Pronto Socorro.

Quero trazer um outro dado: todo acidentado, traumatizado, com traumas, com fratura, que chega no HPS e que depois tem que ir para o SUS, ele é encaminhado, em Porto Alegre, para o Hospital Independência, que fica na Av. Antônio de Carvalho, no final da Ipiranga, para quem pega a esquerda. Pois o Hospital Independência faz atendimento cem por cento SUS, todas as pessoas que têm uma fratura, que precisam fazer uma cirurgia, uma recomposição, são encaminhadas lá para o Hospital Independência. Ver. Alvoni Medina, Ver. Freitas, os senhores que trabalham a questão do idoso e outras; Ver. Cassiá, Ver. Moisés, Ver. Mauro, Ver. Pujol, Ver. Adeli, Ver. Janta, Ver. Paulo Brum, Ver.^a Claudia, Ver. Cecchim, Ver.^a Lourdes, aqueles que estão me emprestando alguns minutos de atenção porque o tema é extremamente relevante, Ver. Robaina, eu quero fazer aqui um pedido aos Srs. Vereadores: para superarmos as divergências políticas, que são naturais, mas, em um momento, nós assinarmos um ofício, os 36 vereadores, pedindo dois recursos à bancada federal do Rio Grande do Sul; um recurso das emendas individuais dos parlamentares para compra de equipamentos para o Hospital de Pronto Socorro, que está precisando. E é este o momento em que esses ofícios devem ser dirigidos. E aí nós precisamos nos espelhar nas câmaras de vereadores das cidades do interior do Rio Grande do Sul que fazem isso. Então, esse primeiro ofício; aliás no mesmo ofício, pedirmos recursos da ordem de cinco ou seis milhões de reais para que sejam comprados equipamentos, respiradores, eletroencefalogramas para o Hospital de Pronto Socorro para o atendimento dessas emergências. E pedirmos também uma emenda de bancada para todos os deputados federais e para os três senadores do Rio Grande do Sul para a duplicação do Hospital Independência. O Hospital Independência, volto a dizer, é cem por cento SUS, ele é conveniado com o Hospital Divina Providência que, infelizmente, está arcando com um déficit anual de cinco ou seis milhões de reais para manter aberto o hospital. De novo, ele atende cem por cento SUS – lá são feitas todas as cirurgias dos pacientes que são atendidos com traumas ortopédicos no Pronto Socorro. E o pior disso é que, muitas vezes, esses pacientes, uma vez que entram no Pronto Socorro, Ver. Luciano Marcantônio, não têm onde fazer o atendimento neurológico se for necessário. E é isso que nós estamos postulando também, para que seja construída uma UTI neurológica no Hospital Independência. Eu estou falando um tema aqui da maior importância sobre saúde pública que interessa ao 1,5 milhão de porto-alegrenses e não estou conseguindo

ter o mínimo de atenção dos vereadores aqui. Alguns eu estou vendo, o Ver. Robaina está aqui, Ver. Pujol, o Ver. Conceição, o Ver. Alvoni Medina, o Ver. Freitas, o Ver. Mauro, o Ver. Moisés, o Ver. Adeli, o Ver. Janta, o Ver. Brum, a Ver.^a Cláudia, o Ver. Eng^o Comassetto... Mas não é um tema partidário que eu estou trazendo aqui, eu estou trazendo um tema de saúde pública e de interesse de toda a cidade. Então, diante da pouca atenção, senhores vereadores, eu vou encaminhar o ofício... Viu, Ver. Luciano Marcantônio? Ver. Marcantônio, eu estou pedindo um pouco de atenção para um tema que trata de atendimento SUS a pessoas que têm problemas neurológicos, que precisam de uma cirurgia neurológica e não estou conseguindo atenção dos vereadores. Então eu vou desistir do encaminhamento que eu estou fazendo, mas, pelo menos, quando eu encaminhar o ofício, Vossa Excelências talvez leiam esse ofício e resolvam assinar para pedir pelos um 1,5 milhão de porto-alegrenses que precisam de atendimento do SUS. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, colegas vereadoras e vereadores, eu quero falar especialmente para o Ver. Valter Nagelstein. O Ver. Valter tem razão na reclamação que fez, vamos ser bem sinceros. No início da sessão às vezes têm alguns acertos, e a gente não dá a devida atenção às vezes. O que o Valter levantou é sério demais! Eu proponho, Valter, de fato, que V. Exa. encaminhe por escrito. Nós vamos nos somar porque, de fato, eu acho que é um tema dos 36 vereadores. Eu louvo a sua atitude, inclusive de vir aqui e fazer esse tipo de chamado. Eu já disse em outras feitas, e talvez esse tipo de chamada fosse bom em outros momentos, como, por exemplo, no tema de que vou tratar em seguida, Ver. Conceição, que é o abandono do Parque Chico Mendes.

Ver. Medina, V. Exa. conhece a Zona Norte como a palma da sua mão, olhe a situação do Parque Chico Mendes. O que já foi dito acerca da desestruturação dos serviços urbanos; da SMSUrb; da antiga SMAM, que agora virou SMAMS, é o que trouxe esse caos em alguns parques, em especial, ao Chico Mendes, Ver. Mauro Pinheiro – Vossa Excelência conhece melhor do que todos nós aqui a situação do Parque Chico Mendes. Eu acho que a Prefeitura deveria fazer, Ver. Moisés, uma força tarefa para resolver minimamente as questões do Parque Chico Mendes. Mas o que me apavora é essa coisa de não planejar absolutamente nada na cidade.

Eu não me lembro qual secretário que estava na pasta que fez a licitação do café, *pub*, restaurante da Praça Otávio Rocha. Ontem um servidor municipal me mandou a foto, e hoje eu mandei verificar *in loco* os problemas da Praça Otávio Rocha. A parte externa do restaurante, que era de vidro, foi fechada, bloqueada por tijolos, Ver. Cecchim; em vez de licitar como outorga a um preço razoável. Vossa Excelência é comerciante, sabe que não dá para pagar o preço que a Prefeitura está cobrando para a

Praça Otávio Rocha e, muito menos, para o nosso Capitólio. Só de algo estar ali funcionando é segurança, é iluminação que vai haver. E tinha almoço ao meio dia. Eu fui lá várias vezes, reunir-me, conversar com as pessoas, na metade da tarde, fazer uma reunião na Praça Otávio Rocha. Há coisa melhor do que se reunir com as pessoas, com amigos, com conhecidos, para fazer atividades numa praça, num café? Foi uma questão criminosa o que foi feito com o café da Otávio Rocha. O Centro Municipal de Cultura Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues tem pouquíssima gente; deveria ser colocado ali um cafezinho com valor simbólico e que funcionasse, mas ele está abandonado, Mauro. Não tem computador na Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães. Através da Frente Parlamentar de incentivo à Leitura, nós conseguimos a doação. Eu falei para o meu grande amigo Sergius Gonzaga ligar, com a Procempa, a rede que, neste final de semana, no sábado, o computador vai para lá, porque é o dia em que vai ter uma atividade na Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães. É um abandono! Eu não estou inventando nada; não é *fake news*. As fotos, os fatos não desmentem a verdade. Nesse sentido, acho que nós temos de fazer mais atividades comuns entre os vereadores, puxar esse tema, dizendo “não, de fato, esse é um tema da cidade, vamos tratar juntos”. Por isso, mais uma vez, eu queria dizer ao Valter Nagelstein que esta questão nós assinamos em baixo. O vereador levantou bem, queixou-se da falta de atenção. Eu acho que nesse ponto, temos que, sempre, reconhecer, quando um colega está no caminho certo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver.^a Mônica, nossa Presidente, demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste das galerias e pela TVCâmara. Ultimamente, o meu amigo, o Ver. Adeli, Sell anda muito nervoso, sempre me atacando, perguntando e provocando. Eu vou responder, Ver. Valter, felizmente, ele bateu, bateu e saiu do plenário, faz parte, mas vou responder igual. Ver. Adeli Sell, o senhor não se preocupe a respeito das informações sobre parques e praças em Porto Alegre. Realmente, o senhor não precisa se preocupar tanto. A Prefeitura Municipal de Porto Alegre teve bastantes dificuldades. Nos últimos anos, a administração do PT criou muitos desgastes, muitos gastos sem pensar nas receitas, quebrou Porto Alegre, e os governos tiveram muitas dificuldades. E agora nós estamos recuperando, sim, graças aos vereadores aqui, menos os do PT, porque votaram contra tudo. As reformas estruturantes de Porto Alegre estão acontecendo. Os vereadores compraram a ideia, votamos e conseguimos recuperar o Município de Porto Alegre: hoje é possível buscar financiamentos, buscar alternativas para melhorar a qualidade de vida do porto-alegrense. O Município de Porto Alegre já licitou, inclusive já temos um vencedor, são R\$ 24 milhões, Ver. Adeli Sell, para implementar os parques e praças de Porto Alegre. Então, Ver. Adeli Sell, o senhor não precisa ir ao Parque Chico Mendes. Eu conheço o

parque muito bem; no domingo estive lá, acompanhando a final – aproveito para mandar um abraço para o pessoal do futebol – do campeonato da Liga do Parque Chico Mendes – Associação Batista Flores –, cujo vencedor foi o Esportivo. Eu estava lá presente, tivemos um campeão da liga do Parque Chico Mendes, conheço muito bem a liga, conheço o parque, e quero dizer que nos próximos 15 a 20 dias, Porto Alegre terá um investimento de R\$ 24 milhões em parques e praças de Porto Alegre, revitalizando e melhorando a qualidade de vida da cidade. Então, o senhor não precisa ir lá no Chico Mendes e dizer: “O prefeito arrumou, porque eu fui lá na tribuna e pedi”! Não, vai ser arrumado, porque o Município está preocupado com todos os parques e praças de cidade de Porto Alegre. O investimento é de R\$ 24 milhões, e nós vamos, sim, Ver. Moisés, recuperar os parques e as praças que estão quebrados, com as dificuldades financeiras do município. O prefeito municipal de Porto Alegre, junto com os secretários das SMAMS, da SMIM, estão, sim, preocupados e vão recuperá-los. Assim como também estamos com o projeto de concessão de parques e praças; estamos conseguindo, através de parcerias público-privadas, recuperar parques e praças. Portanto, é uma revolução que está acontecendo em Porto Alegre, que o senhor ainda não conseguiu ver ou está vendo e quer dizer que veio aqui na tribuna, falou e que depois vai acontecer porque “o Ver. Adeli cobrou” e o prefeito vai fazer!

Eu estive com o prefeito, vários vereadores também, e falamos sobre a questão do Terminal Triângulo. Eu estive lá vistoriando, junto com o prefeito Marchezan e com os secretários, a obra que está acontecendo, numa parceria da Prefeitura Municipal de Porto Alegre com a Companhia Zaffari. O Ver. Idenir Cecchim também muito pediu por aquela obra do Terminal Triângulo, e a obra está acontecendo; aí os militantes do Ver. Adeli entram no meu Facebook e dizem: “O Ver. Adeli foi quem pediu! Estão fazendo porque o Ver. Adeli pediu!” Não, Ver. Adeli, o senhor pode ir falando aqui; muita coisa que o senhor falar vai acontecer porque estamos trabalhando no Município de Porto Alegre. E as coisas vão acontecer porque os vereadores da base, junto com o governo e seus secretários, estão trabalhando, recuperando os recursos da Prefeitura. E, a partir de agora, com recursos em caixa, com financiamentos liberados, as coisas vão acontecer em Porto Alegre. Então, o senhor cobre, porque as coisas vão acontecer, mas não porque o senhor cobrou, mas porque Porto Alegre está entrando numa nova era, e a vida das pessoas vai melhorar com trabalho e dedicação do governo municipal e dos vereadores que aqui têm comprometimento com a cidade e que não estão aqui apenas por uma disputa ideológica ou política, mas, sim, trabalhando pelo melhor para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Tempo de Presidente.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Solicito a atenção de todos porque penso que a minha fala é por demais importante à medida que eu tenho acompanhado, na imprensa, no Twitter, no Facebook e em outras redes sociais, acusações, manifestações desrespeitosas e machistas, eu diria, porque nunca vi nenhum vereador aqui falar assim com outro colega que seja homem. Eu vou ler uma nota para que os senhores entendam a que eu me refiro (Lê.): “Esta Presidência informa que já tem conhecimento da decisão judicial relativa ao pedido de fornecimento, por parte do Vereador Moisés Barboza, de imagens das câmaras de segurança desta Casa. As imagens em questão serão encaminhadas ao Juízo respectivo, observando-se que, em nenhum momento, houve qualquer óbice para o fornecimento das imagens, que não a preocupação em preservar a imagem das inúmeras pessoas que acorrem todos os dias a esta Casa. Esta conduta se encontra lastreada na orientação, até então vigente, no sentido da utilização das imagens do sistema de segurança da Casa apenas para a apuração de eventuais delitos ou infrações administrativas, visando o resguardo de eventuais direitos individuais protegidos pelo disposto no inc. X do art. 5º da Constituição Federal: ‘são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação’”.

Senhoras e senhores funcionários desta Casa, vocês estão assistindo a três vereadores me atacarem de forma machista na imprensa. Por favor, exibam os *tweets* do Ver. Valter Nagelstein me atacando. (Procede-se à apresentação de imagens.) Ele disse que precisou ir à Justiça para exigir que esta presidência disponibilizasse as imagens. Eu estou cumprindo na íntegra, como eu acabei de ler aqui, as ordens, as normas, as regras, as leis que assim me exigem enquanto Presidente desta Casa. Eu tenho as palavras do Ver. Moisés: suspeita que o pedido de *impeachment* não foi protocolado na quarta-feira; reforça a tese que ninguém entrou com este pedido na quarta-feira. Estão mentindo para todos os vereadores. Entrevista do Ver. Moisés na Guaíba; a acusação do vice-líder do governo, Ver. Moisés Barbosa é gravíssima porque ele está acusando servidores do quadro, que são concursados, a praticar crime ou vários crimes, como prevaricação, falsidade ideológica e talvez até improbidade.

Eu quero dizer aos senhores que o pedido de *impeachment*, conforme está na folha, foi protocolado na quarta-feira, ali está. Bastava que alguém fosse ver isso. Mas foi preciso toda essa confusão; inclusive, o Ver. Moisés, atacando a Presidente, dizendo que “estava querendo virar um circo esta Câmara”.

Eu quero dizer mais aos senhores, que os outros três pedidos de *impeachment*, que entraram nesta Casa, também têm filiação partidária. Eu me dei ao trabalho de procurar, através do partido do Ver. Janta, ex-PSDB, mas só atacaram esta Presidente, não os outros, mas todos os procedimentos foram iguais. Por que será? Por que esse ataque? Ora, senhores, eu não nasci ontem! Eu tenho 20 anos de caminhada política! Prestem bem atenção: não existe ninguém acima da lei. Eu recebi um pedido de *impeachment*, já disse aqui. São filiados do PP? São. Aqui também são, qual é a novidade? Todas as pessoas têm uma filiação! A esposa desse senhor era presidente do PP, fez a minha campanha? E daí? Eu não entendi qual é o crime nisso! Nenhum. Não

existe crime. Mas querem desviar o foco, para o denunciante, que, inclusive vai fazer um boletim de ocorrência porque está se sentindo perseguido. E faz ele muito bem. É um cidadão, tem direito. Agora, é baixo o que eu estou vendo aqui! É muito baixo o que eu estou vendo aqui: ataques a Presidente que nada mais faz do que levar na íntegra a lei e o Regimento Interno desta Casa. Neste momento as imagens serão, sim, liberadas para o juiz, com a minha manifestação de que segui na íntegra as normas desta Casa, que somente quando ocorre um delito essas imagens devem ser liberadas, o que não ocorreu porque nenhuma das pessoas que entraram com o pedido de *impeachment* cometeram o delito. Quero dizer aos senhores e às senhoras que em toda a minha vida de Câmara – e lá se vão 20 anos, 12 como assessora, meu terceiro mandato – eu nunca vi alguém agredir assim um Presidente, mas três vereadores conseguiram fazer isso: Ver. Valter Nagelstein, Ver. Mauro Pinheiro e Ver. Moisés Barboza. Por quê? Não estão satisfeitos com a minha condução? Eu não vou sentar em cima de nenhum pedido de *impeachment* ou de qualquer ilegalidade, pode ser do meu partido. Eu já disse aqui, quando fui secretária da Cultura, o repórter Giovani Grizotti entrou na minha Secretaria com uma denúncia de que havia irregularidades, que havia desvio de R\$ 5 milhões, com a minha assinatura e de dois secretários. O que fiz? Chamei um perito para verificar a minha assinatura e a dos outros dois secretários. Fui no Ministério Público e fiz uma denúncia. Investigaram, resultado: oito pessoas indiciadas; três presas; um desvio de R\$ 5 milhões. Que bom! Quem não deve não teme. É assim que deve ser, tenho rigor com o dinheiro público, foi dessa forma. A minha vida pública é limpa, e eu não aceito isso. Eu quero dizer aos Vereadores, Ver. Moisés Barboza, Ver. Mauro Pinheiro, Ver. Valter Nagelstein, que os senhores, para mim, são machistas, desrespeitosos, mal-educados, agressivos e não aceito. Ver. Valter Nagelstein, o senhor é um machista de internet, se esconde atrás das redes para atacar mulheres. Que eu saiba, a Ver.^a Karen já entrou com um pedido contra o senhor, nesta Casa sobre atos machistas. Demorei muito para fazer essa fala aqui, para mim foi muito difícil chegar a esse ponto, mas quando vi o que esses três vereadores fizeram, e mulheres começaram a me ligar, pedindo a minha posição, assim como meu partido, eu senti que era necessário. Os senhores não vão me intimidar. Estão lá no juiz as imagens, elas estão neste momento chegando nas mãos dos juízes, para o Ver. Moisés ver que o pedido de *impeachment* foi protocolado na quarta-feira, não sei bem a hora, 11 horas, 11h15min, não cuidei e que não tem nenhuma participação desta vereadora no Protocolo, inclusive, quero deixar claro aqui que qualquer vereador pode pedir, pode entrar com pedido de *impeachment*; se eu quisesse, teria entrado sem nenhum problema. Eu não devo nenhuma explicação. Eu cumpro a lei na íntegra. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, eu requeiro o direito de resposta a essa manifestação, pois fui citado nominalmente. Eu requeiro que V. Exa. permaneça na presidência porque este requerimento que eu estou fazendo tem que ser deferido por Vossa Excelência. E digo

mais, digo que o Tempo de Presidente foi indevidamente utilizado. O Tempo de Presidente é para falar as coisas institucionais da Casa, que representem os interesses institucionais ou os 36 vereadores. O Tempo de Presidente não pode ser desvirtuado para fazer ataques aos vereadores. Eu fui acusado, injuriado e tenho direito à resposta, Sr. Presidente. Eu estou requisitando o direito de resposta e acredito que os demais vereadores que foram citados também têm direito de resposta, no mesmo tempo e de forma igual, por um princípio constitucional de equidade, ao tempo que a Sra. Vereadora Mônica Leal utilizou.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Eu gostaria de saber se tem como a gente inverter a Pauta e colocar para a Ordem do Dia de hoje a votação da moção de repúdio, elaborada por mim, vereadora, em relação ao machismo que a Presidente Mônica vem sofrendo por parte de alguns vereadores aqui nesta Casa.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Ver.^a Mônica, eu apoio o que foi falado agora pela Ver.^a Karen Santos.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE) (Requerimento): Ver. Reginaldo Pujol, que preside esta sessão, quero também requerer tempo de resposta à Presidente da Casa, que me atacou. Eu acho que o Tempo de Presidente, como foi usado, não condiz com o que diz o Regimento, então gostaria de ter o meu tempo de resposta. Muito obrigado.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Senhores, eu estou transitoriamente na Presidência, não tenho condições de avaliar a contagem de tempo porque já assumi com o tempo rodando.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu preciso saber, Sr. Presidente, se o senhor está indeferindo o direito de resposta.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Estou informando que há uma inscrição anterior do vice-líder do governo para falar em nome PSDB ou do governo, já que ele tem a alternativa de decidir.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente, assegurado o meu tempo, estou inscrito antes de ouvir a Ver.^a Mônica, estava inscrito como liderança do governo, assegurando o meu tempo, eu gostaria de ver se a presidência vai conceder o direito de resposta, ou não, antes da minha manifestação.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Estou cumprindo a minha tarefa de temporariamente assumir, como foi dirigido a mim, enquanto Presidente, antes de devolver a presidência a quem de direito, eu quero dizer que estou consultando a Diretoria Legislativa a respeito do procedimento requerido, hábil e tempestivamente,

pelo Ver. Valter Nagelstein. Se estiver dentro da minha competência decidir ou deixar de decidir, eu farei antes de entregar os trabalhos. Por enquanto, eu suspendo os trabalhos por dois minutos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h22min.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 15h24min: Estão reabertos os trabalhos.

Apoiado pela Diretoria Legislativa, informo que ao curso da presente sessão será decidido o requerimento do Ver. Valter Nagelstein, porque nós solicitamos as notas taquigráficas para verificar, se caracterizada a ofensa a que ele se referiu, será assegurado o direito de resposta ou não.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente...

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A decisão está tomada, vereador.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Eu requeiro ao plenário então, Sr. Presidente, que se manifeste a respeito dessa decisão, porque o regimento é claro, um vereador foi nominalmente ofendido, esse direito não diz respeito a mim, diz respeito a qualquer vereador aqui. Esta prática...

(Som cortado, conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador, eu já manifestei que o requerimento feito por Vossa Excelência será objeto de decisão ainda ao curso da presente sessão, estou aguardando as notas taquigráficas para uma avaliação pessoal, da existência ou não que caracterize um procedimento ofensivo a Vossa Excelência, o que lhe asseguraria esse direito, perfeito? Vossa Excelência aguarde que dentro em breve eu terei essa definição.

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereadores, art. 94. (Lê.): “Art. 94. Requerimento é a proposição verbal ou escrita, dirigida por Vereador à Mesa, sobre matéria de competência da Câmara. (...) f) tempo especial de, no máximo, cinco minutos, para manifestação de Vereador, quando atingido em sua honorabilidade ou em casos excepcionais de interesse da comunidade, a critério do Presidente ou de membro da Mesa que esteja presidindo os trabalhos”. Este requerimento não é votado no plenário. Já estou recebendo os apanhados e já declarei que, ao curso desta sessão, não entregarei a presidência sem antes definir a respeito do requerido. Correto?

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente Pujol, colegas, todos que nos acompanham, eu ouvi aqui, atentamente, as palavras da Presidente, e queria, com muita tranquilidade, dizer algumas coisas. Em primeiro lugar, em nenhum momento, Presidente, seja na imprensa ou nas notas taquigráficas, a senhora vai me encontrar personificando alguma crítica em seu nome. Eu já li e reli várias vezes meu posicionamento nesta tribuna e, infelizmente, eu ouvi aqui, atônito, algumas coisas que a senhora disse, inclusive em veículos de rádio, dizendo que eu estava intimidando, eu estava agindo em desespero. Quem me conhece sabe e pode ver que desespero em mim é algo que não existe nem existirá. Eu não personifiquei a senhora, porque o meu requerimento é institucional, o meu requerimento foi feito quarta-feira por escrito! Isto tudo aqui tudo é desnecessário se a Casa tivesse me permitido ter acesso às imagens. Eu sou um legislador desta Casa, mas foi negado por escrito na quarta-feira, foi silenciado na quinta-feira, a gente entrou com argumentação legal, tudo dentro dos trâmites da Casa. Ao contrário do que dizem lá fora, em nenhum momento eu quero personificar ou ver quem, não é isso, ao contrário, eu estou com muita calma repetindo para as senhoras e para os senhores: há uma suspeita de que o pedido, o processo, não adentrou nesta Casa na quarta-feira pela manhã. Eu só quero ver, porque eu acredito que não adentrou, ou seja, não vou ver ninguém em imagem nenhuma na quarta-feira pela manhã. Isso comprova uma tese de que as senhoras e os senhores poderiam ter recebido para analisar o teor antes. Eu só posso fazer uma afirmação, ao contrário do que alguns gostam de fazer em Facebook ou de agredir as pessoas, em cima de subsídios, por isso que eu pedi para ver as imagens.

E eu quero aqui fazer uma correção ao que a Ver.^a Mônica Leal disse: este é um prédio público, não há nenhuma ilegalidade em solicitar, isso é público, é transparente, eu não pedi a área privada de ninguém. Continuando, não adianta querer me colocar contra funcionários da Casa, em nenhum momento eu acredito que os funcionários da Casa tenham tido a decisão política de montar um processo de impedimento ou de participar os líderes da reunião de Líderes, reunião essa que funcionários nem participam. Então, me desculpa! Agora, por favor, é meu primeiro mandato, eu respeito duas décadas, três décadas, quatro décadas dos legisladores, eu já disse que eu aprendo com as senhoras e com os senhores, agora não subestimem a minha inteligência porque é meu primeiro mandato. O meu requerimento é legal e eu quero aqui deixar claro e registrado que a lei está sendo descumprida, sim, e eu não estou dizendo para uma pessoa, eu estou falando para o Legislativo Municipal e para a instituição presidência da nossa Mesa, que eu apoiei, acordei e votei para esta Mesa Diretora. Eu estou falando institucionalmente como vereador da Capital, a lei está sendo descumprida desde às 13h, porque era para ser disponibilizado aos vereadores o acesso às imagens às 13h47min. Então eu quero parafrasear a fala da presidência: ninguém está acima da lei, nem a presidência desta Casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Logo após recebermos as informações das notas taquigráficas, teremos condições de definir, como é nosso dever, o requerimento do Ver. Valter Nagelstein, que nos permitirá avaliação do fundamento por ele levantado, no sentido de alegar ofensa a sua dignidade pessoal.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu quero questionar aqui com meus colegas vereadores a quem interessa tudo isso? A nossa imagem lá fora, não precisa nem sair do portão, aqui, nas calçadas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, são as imagens do que estamos vendo aqui, as imagens da barbárie, as imagens de trazer para cá o que é para se discutir, as questões políticas, e as desavenças ficarem na questão política, e nós começamos a transformar isso em questões pessoais. Em nenhum lugar do mundo, principalmente num Parlamento, quando se traz as questões pessoais à tona, tende a ter harmonia, tende a ter convergência, tende a ter o melhor do bem comum. E nós estamos aqui para fazer o melhor para o bem comum, o melhor para as pessoas, o melhor para a cidade, o melhor para as crianças, o melhor para os idosos, o melhor para as pessoas com deficiência, o melhor para os jovens, o melhor para a nossa cidade. Nós estamos aqui para isso! Eu acho que questões pessoais, devemos discutir em outros locais. Aqui nós devemos discutir a nossa cidade, aqui devemos cobrar do Executivo, de nós mesmos, políticas para a nossa cidade. Aqui nós devemos enaltecer políticas que acontecem nesta Casa, saídas de dentro desta Casa, políticas que permitem as pessoas terem um pouco mais de qualidade de vida. Mas o que sai lá fora é o que se fala aqui, o que sai lá fora é que os vereadores estão brigando um com o outro, o que sai lá fora é que os vereadores não estão preocupados com a cidade, que os vereadores só trazem para cá os seus problemas pessoais. Nós temos que nos preocupar com a cidade de Porto Alegre.

Falando desta Casa e o que esta Casa faz, eu quero enaltecer aqui uma notícia que nesta Casa não teve eco, mas teve eco em vários bairros de Porto Alegre. A notícia é que 400 estudantes da nossa Cidade, de 8 a 14 anos, terão acesso, lá na Restinga, na Escola Mário Quintana, na Vila da Paz, ao turno integral, projeto que foi aprovado por esta Casa. A escola de turno integral, assim como os postos de saúde até às 24h, assim como políticas de acessibilidade, assim como políticas de moradia e várias outras coisas que esta Casa fez e tem feito em prol da população de Porto Alegre. Então, 400 estudantes, de 8 a 14 anos, terão o turno integral, mas não o turno integral que já tem em 38 escolas de Porto Alegre, terão turno integral com aulas de *drones*, terão turno integral com aulas de *notebook*, aprenderão editar vídeos e fazer canal de You Tube, lá na periferia, lá na Vila da Paz, na Restinga. Haverá ainda mais três escolas que terão esses cursos: a Dolores Alcaraz Caldas, também lá na Restinga; a Presidente Vargas, no Passos das Pedras; e a Décio Martins Costa, lá no Sarandi. Esse projeto saiu desta Casa, construído pelos seus 36 membros desta Casa – isso nós temos que enaltecer. Isso está potencializando o ensino dos nossos jovens das periferias da cidade de Porto Alegre, está permitindo que as crianças tenham uma escola de turno integral

que só se vê nas escolas particulares. Não serão somente essas quatro escolas. A Secretaria de Educação do Município anuncia que no próximo ano serão 7.000 alunos beneficiados com esse tipo de escola integral, onde, além das atividades cênicas, de esporte, de cultura, terão a possibilidade de trabalhar, hoje, num setor que vem crescendo muito mais, fazendo vídeos, canais de You Tube, operar *drones*, criar coisas, mexer em *notebooks*, consertar aparelhos de *notebooks*, telefones. Então, isso está acontecendo na nossa cidade, um projeto que saiu de dentro desta Casa e que está fazendo a diferença. Eu acho que é importante nós discutirmos os temas que nos trazem aqui, pois nos deram esse mandato, sendo de grande relevância e principalmente necessário para a população de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Ouvidas as lideranças previamente inscritas para essa finalidade e tendo já acesso ao teor dos pronunciamentos inquinados anteriormente, dentro da competência que me reserva o Regimento nessa hora em que, temporariamente, me encontro presidindo os trabalhos, confesso que, da leitura, me assaltam algumas dúvidas. Mas, mesmo na dúvida e buscando, evidentemente, estabelecer, não infringir disposições regimentais, na medida em que o que ali colocado tem possibilidade de interpretações diversificadas de quem diz e de quem recebe a manifestação, eu, na dúvida, defiro ao Ver. Valter Nagelstein 5 minutos para a sua manifestação.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Tempo Especial.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Muito obrigado, Sr. Presidente, eu fico confortado, porque nós estamos aqui respeitando a lei maior deste plenário, que é o Regimento Interno, especialmente no art. 142, Inciso VI, onde diz que alguém que for citado, acusado nominalmente, tem o direito à sua resposta. Não é favor, estamos apenas resguardando o Regimento. Eu quero pedir para projetar uma imagem, por favor.

(Procede-se à projeção de imagens.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): A imagem que vou projetar diz respeito à primeira falta grave que a Sra. Presidente comete. Eu disse aqui, um dia, na tribuna, que nos idos de 2009 ou 2010, em frente à Prefeitura Municipal, houve um ato, no qual, inclusive, o saudoso Cezar Busatto foi agredido. Nesse dia, todas as vidraças da Prefeitura Municipal foram quebradas. Nesse dia, as viaturas da Guarda Municipal foram quebradas. Nesse dia, o prédio da Prefeitura foi pichado. Nesse dia, pessoas sofreram lesões corporais e, nesse dia, uma moça, que era vice-presidente do Centro Acadêmico do DCE da UFRGS tinha sido presa quando a porta principal da Prefeitura cedeu àquela multidão, e que eu tinha a impressão de que tinha sido a ilustre colega, Ver.^a Karen. Isso eu disse aquele dia, aqui da tribuna. A Ver.^a

Karen, no direito seu, representou contra mim. Eu quero dizer aos Srs. Vereadores que eu sequer fui citado ainda dessa representação. Ao Presidente da Casa cabe preservar os 36 vereadores, porque ele é Presidente! A Presidente não pode pegar um processo em que alguém está sendo acusado, se não lhe foi oferecida ainda sequer o direito à ampla defesa, que é constitucional! E fala na Rádio Gaúcha, Srs. Vereadores! Não pode! Ela precisa preservar a Casa! Quanto mais num processo que, volto a dizer, eu nem o direito à ampla defesa pude exercer! Jamais isso aconteceu nesta Casa! Essa é a primeira quebra de decoro.

A segunda, Srs. Vereadores, há um dito francês que diz: “Caluniai, caluniai, caluniai, alguma coisa restará”. Isso era feito por Goebbels na Alemanha nazista, e quem faz isso é nazista! Na-zis-ta! Quem repete uma mentira mil vezes para que ela se transforme em verdade é nazista! Eu sou pai de duas filhas, com muito orgulho, chamem as minhas filhas aqui e perguntem a elas, Ver.^a Lourdes, se eu sou machista; uma de 24 anos, que tive orgulho há pouco tempo de formar. Eu sou casado há 25 anos! Pergunte à minha mulher, nesse tempo de convivência, se alguma vez eu fui machista! Mas a covardia, a vilania encontra, na adjetivação do machismo, o seu último refúgio; é o refúgio dos vilões ou das vilãs! É o refúgio daqueles que perdem os argumentos, que querem rebaixar o debate, que desqualificam o debate e que repetem uma mentira para que a mentira grude no seu contendor, para que a mentira desqualifique o seu contendor.

As críticas que eu fiz à primeira foi de que o Regimento estava sendo desrespeitado, porque eu, na presidência da Casa, no ano passado, numa questão igual, indeferi o pedido, porque era na linguagem jurídica teratológica, foi a tese do Ver. Mauro Zacher. Logo em seguida a essa tese, houve recurso, esse recurso foi para CCJ, esse recurso veio a plenário, e esse recurso, vindo a plenário, foi votado pelos Srs. Vereadores, e a tese foi derrotada, portanto a tese estava vencida. Foi a única coisa que eu disse! E bastou eu dizer isso para dizer que eu estava atacando pessoalmente a presidência e que eu era machista.

Por que um recurso demora quatro meses para ser votado e um *impeachment* demora duas horas para ser decidido, Srs. Vereadores? Qual é o critério? Qual é o critério?! Qual é o critério?! Tem que ter critério para sentar na presidência; pode ser homem, pode ser mulher, pode ser jovem, pode ser velho. Lá se respeita a lei, pois bem, então a Justiça é machista, porque a Justiça determinou por duas vezes a correção dos atos da Sra. Presidente, e a única coisa que eu disse, que ela colocou ali, de novo, hoje, foi que mais uma vez a Justiça determinou aquilo que todo mundo sabe, que, num prédio público, as imagens são públicas. Num prédio público as imagens são públicas! E se tivesse sido pelo processo eletrônico, que nós iniciamos no ano passado, se saberia que horas foi protocolado, quem protocolou, porque aquilo é transparência. E eu duvido que alguém se levante, dessas 36 cadeiras, e me diga aqui que é contra a transparência. Então, de novo, eu encerro, Sr. Presidente, para dizer que eu espero que cessem esses argumentos, eu espero que cessem. O mal que se faz a um, em silêncio, e aceitado por todos, pode ser feito contra todos. Vamos discutir como eu estou discutindo, os atos, os atos administrativos do presidente que não tem gênero, mas que

ocupa a cadeira de presidente. Mas eu não vou aceitar e vou tomar todas as providências que forem cabíveis para desagrar a minha honra, Ver. Cecchim, vereadores do meu partido, senhoras e senhores vereadores, para desagrar a minha honra! Há aqueles que não têm honra, há aqueles que não valorizam a honra, há aqueles que submetem o direito às conveniências e às circunstâncias. Eu não fiz assim quando fui Presidente ao longo de doze meses, eu não fiz assim ao longo dos meus 49 anos de vida e eu não farei assim, jamais, nem me silenciarei ante à sordidez de quem quer que seja e à vilania de quem quer que seja! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Presidente, eu gostaria de refazer o requerimento da votação da moção de repúdio. Não me sensibiliza, não me emociona essa fala do Valter, porque lágrimas de crocodilo, a mim não. Quando eu assumi, nesta Casa, pela primeira vez, ele, enquanto Presidente, se utilizou da sua autoridade de presidente da Mesa para deslegitimar a minha posse, porque eu estava de camiseta, sendo que ele sabia que não tinha nada no Regimento referente a isso. E essa postura vem se repetindo. Então, pede desculpas aqui na tribuna por ter me confundido com uma manifestante que foi presa. Em nenhum momento ele reflete na atual situação de ataque à Presidente Mônica. Machismo é para além de ter esposa, racismo é para além de ter um empregado ou um amigo negro. A gente precisa ampliar a nossa reflexão sobre essas opressões estruturais e entender que a instituição Câmara de Vereadores tem compromisso em zelar pela permanência das poucas vereadoras que a gente tem aqui dentro. E em todo o momento que a gente usa a tribuna, que a gente se pronuncia e se posiciona, somos atacadas de uma forma desproporcional aos vereadores homens. Isso está nas atas, isso está registrado, e é nesse sentido que a gente pede que, logo depois da votação do veto, a gente coloque na Ordem do Dia a moção de repúdio a essas atitudes.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Está feito o registro, Ver.^a Karen Santos, quando abrir a Ordem do Dia, colocaremos em votação.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL) (Questão de Ordem) : Eu gostaria de fazer um pedido de informação à Mesa e à Diretoria Legislativa: quando será o período, o dia exato, em que os partidos terão de fazer a indicação dos membros para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito? Todos os vereadores e as vereadoras sabem que ontem nós, 15 vereadores e vereadoras, fizemos um pedido de instalação de uma CPI, e eu gostaria de saber oficialmente para que o público possa acompanhar. Porque eu acho muitíssimo importante que haja um funcionamento transparente na Câmara de Vereadores. E, a partir da instalação da CPI, esse funcionamento transparente vai ter uma grande oportunidade de ser exercido. Eu sei que

tem toda uma polêmica envolvendo a discussão sobre o pedido de *impeachment* discutido aqui na Câmara de Vereadores, mas daquele pedido surgiram, pelo menos, três elementos que nós consideramos suficientemente sólidos para embasar um pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com apoio de 15 vereadores e vereadoras. Eu gostaria de saber oficialmente quando os partidos têm que indicar os seus representantes. Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Roberto Robaina, está sendo a avaliação inicial da admissibilidade da CPI e, a partir de segunda-feira, os líderes poderão indicar os membros da CPI. A Diretoria Legislativa fará esses encaminhamentos.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h52min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT) (Requerimento): Sra. Presidente, requeiro que o PLCL nº 026/18 seja o primeiro a ser apreciado na Ordem do Dia da próxima segunda-feira.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. João Bosco Vaz, somente, há a possibilidade de ser o segundo na priorização. Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz, com a alteração proposta por esta Presidente. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB) (Requerimento): Sra. Presidente, requeiro que o PLL nº 288/15, que está previsto para ser o segundo na Ordem do Dia de hoje, seja o primeiro a ser apreciado na Ordem do Dia de 4 de setembro.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1330/18 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 011/18, que autoriza o Poder Executivo a conceder os serviços de operação,

administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento, bem como o uso, de praças e parques urbanos.

Pareceres:

- da **COSMAM**. Relator Ver. Paulo Brum: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CECE**. Relator Ver. Prof. Alex Fraga: pela rejeição do Veto Parcial;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Moisés Barbosa: pela manutenção do Veto Parcial (empatado).

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 17-08-19 (sábado);
- discutiram a matéria os Vereadores Lourdes Sprenger, Cláudio Janta e Prof. Alex Fraga em 26-08-2019.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLE nº 011/18, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezada Presidenta Mônica Leal, meus colegas vereadores e vereadoras, a nossa discussão aqui, prezado público que nos assiste pela TVCâmara e nas galerias, é o veto do Sr. Prefeito municipal a uma emenda da Ver.^a Lourdes aprovada por este plenário no projeto que, segundo a nossa leitora, faz a privatização das praças e parques; segundo a leitura de outros, faz a terceirização. E o que a Ver.^a Lourdes propõe, o que o prefeito vetou e qual é a argumentação do veto? A Ver.^a Lourdes propôs uma emenda para que possa ter nos parques e/ou nas praças, e/ou onde couber, espaço para os animais. Está aqui direcionado para os cães que ali possam ter um espaço construído, com técnica para isso; construído com normas veterinárias para isso; construído com uma dinâmica para isso. E aí o prefeito vetou, e vejam, qual é a justificativa do veto, Ver. Cassiá Carpes, Ver. Luciano, para deter os cachorródromos, como chamamos, nos parques, que isso pode prejudicar o negócio de cessão ou terceirização desses espaços. Eu acho justamente o contrário. Eu queria aqui dizer que pegue qualquer análise econômica para ver que, no meio urbano e no meio rural, qual é o segmento que mais cresceu na última década no que diz respeito ao trato de animais: o que mais cresceu foi a indústria da ração animal, principalmente para cães e gatos, foram as *pet shop*, a indústria de

equipamentos, que é uma indústria potente, magnífica, que gerou e gera milhares de empregos e fomenta a economia. Portanto, não é um impedimento esse tema estar também colocado nas praças e nos parques. Venho aqui dizer aos colegas vereadores que entendo que isso é um potencial, Ver. Paulinho Motorista, que não é um problema para fazer a dita cedência.

Gostaria de dizer também o seguinte: os animais hoje são utilizados para a medicina, para terapia. Não sei se os senhores e as senhoras sabem que em todos os hospitais, desde que haja uma agenda prévia e que tenha uma estrutura pré-determinada pela saúde, é usado o que se chama de bichoterapia. Levam os animais nos hospitais para fazer o tratamento, relacionamento terapêutico; com os cavalos, chama-se equoterapia, tem clínicas que trabalham com isso; com cachorro é a bichoterapia. Quero aqui fazer uma referência a uma fundação chamada Fundação Bichoterapia, coordenada pela promotora, Dra. Waleska Cavalheiro, que tem um trabalho excelente com esse tema, Ver.^a Karen. Portanto, Ver.^a Lourdes, Ver.^a Cláudia, estamos discutindo tanto o tema da sensibilidade, talvez esse seja um tema mais sensível das mulheres mesmo, porque a Ver.^a Lourdes propõe e o prefeito veta, não entende essa sensibilidade que tem que ter na vida, com o trato dos animais, mesmo que sejam pequenos animais. Quero dizer que não se sustenta tecnicamente essa justificativa do prefeito de que pode prejudicar os negócios. O tema dos animais de pequeno porte no meio urbano é um dos segmentos da economia e da indústria que mais cresceu na última década, nas fábricas de ração, nos equipamentos veterinários, nos equipamentos de utilização; portanto, nós votaremos e pedimos o voto dos colegas vereadores para derrubar este veto do Sr. Prefeito municipal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 011/18, com Veto Parcial.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, boa tarde. Ver.^a Lourdes, ao olhar assim, na primeira instância, um cidadão comum admitiria que isso já seria, há muito tempo, uma realidade. Ou seja, quem não tem um bichinho de estimação, um cachorro... Eu confesso a V. Exa. que lá na minha vida em São Borja eu não tinha; agora, já estou passando pelo terceiro. Eu não sabia como é bom ter um na vida da gente. Nós tivemos que, há pouco tempo, sacrificar uma cachorra e já pegamos outra, porque não dá, o lar não admite mais ficar sem um bichinho de estimação, que traz tanto carinho, que nós tratamos tão bem dentro de casa.

As praças estão cheias de animais, já é uma realidade no mundo, e quando nós temos locais públicos, nós queremos proibir o cachorródromo ou dizer para as famílias: peguem os seus bichinhos de estimação e fiquem em casa, não podem sair de casa. Conforme o art. 10, que V. Exa. trouxe a este projeto, fica obrigatória – quem sabe “obrigatória” fique muito forte – a reserva de espaço para área de lazer entre tutores e seus mascotes, cachorródromo, bem como a manutenção daqueles já existentes, em

locais com espaço físico suficiente, sem cobrança. Olhem, eu acho uma coisa normal, a realidade é essa. Será que o Executivo acha que o público não é das pessoas, não é dos cães, não é dos gatos? Ora, já é uma realidade no mundo. O cachorródromo é uma forma de interagir com a comunidade, fazer com que o cidadão, a sua família leve e tenha uma proteção maior, porque se estiver solto... E ninguém quer soltar, porque cada caso é um caso. Eu acredito que nós devemos aqui, não é questão de derrubar o veto, simplesmente, do prefeito, é mostrar que há a necessidade da integração do cão, do gato na sociedade, pois já faz parte da vida das nossas famílias. E por que não pode ir na praça, se tiver um local adequado, que dê segurança, que dê ao dono uma referência de ali poder compartilhar com a sociedade? Então, eu estranho esse veto. Até parece que é uma coisa de outro mundo. Então, nesse sentido eu vou votar favorável à emenda de V. Exa., que vem corrigir aquilo que o Executivo não faz quando necessário. Eu não tenho dúvidas de que há dezenas de pedidos na prefeitura para que haja cachorródromos em parques, em praças, em áreas verdes, porque é uma forma de proteção e de interação junto à sociedade. Então, quero dizer que nós vamos votar favoráveis.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 011/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, nossa Presidente conduzindo os trabalhos, debates importantes, alguns que extrapolam o bom senso, algumas acusações que extrapolam a tolerância mútua. Eu vou neste ano bater nesta tecla de que a civilização, a humanidade não irá para frente num mundo conturbado, num mundo de confrontos, num mundo de guerras, num mundo de desrespeito, e principalmente, Karen, a importância que tem o respeito à dignidade da pessoa humana, o respeito do homem pela mulher, coisa que está muito grave no Brasil, por isso que nós estamos vendo essas barbaridades hoje aqui e pelo mundo afora. Por isso também eu venho discutir um veto prosaico, talvez menor para alguns, mas no momento em que nós estamos discutindo a vida nos parques, porque hoje não há vida nos parques, a vida que há nos parques é por teimosia porque as pessoas sabem que aquilo é um espaço público, um bem de uso comum, do povo. Se eu fosse legislar, fosse deputado federal, mudaria o Código Civil e diria que os parques são um bem de uso comum para seres, porque nos parques nós temos plantas que são de espécies variadas; nos parques, nós temos animais que têm que ser preservados; nos parques, deve haver lugar nas árvores bem cuidadas para os pássaros, mas também hoje discutimos, inclusive no mobiliário urbano, e por isso o veto do Sr. Prefeito diz respeito à lei do mobiliário urbano, simples assim. Se os senhores não acompanharem o voto de derrubada do veto do Sr. Prefeito municipal na emenda da Ver.^a Lourdes Sprenger, eu vou me utilizar da lei do mobiliário urbano para disputar que o prefeito passou por cima da lei do mobiliário urbano, simples assim. É preciso dar atenção às coisas. É como a lei dos flanelinhas. Quem vai defender extorsão para um flanelinha? Entrei aqui em 1997, logo depois entrei com um

projeto de lei proibindo, revogando duas leis municipais, e me disseram que era inconstitucional. Fui verificar, sim, lei do General Geisel, que considerou uma profissão. Então, temos que cuidar muito. Esse jogo do prefeito jogar para dentro da Câmara inconstitucionalidades: a culpa é da Câmara. Não, atento lá, Ver. Lourdes Sprenger, temos a lei do mobiliário urbano que garante cachorródromo, garante espaços para animais. Está regrado. Portanto, nós devemos, por justiça, coerência com a lei aprovada aqui do mobiliário urbano, derrubar o veto. Só isso, simples assim. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal o PLE nº 011/18, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o projeto por 29 votos **SIM** e 03 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto Parcial.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 095/19. Após retornarmos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Pujol, há um requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos, anteriormente formulado, solicitando alteração na ordem. (Pausa.) Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0189/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 095/19, de autoria do Ver. Nelcir Tessaro, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Romano Tadeu da Silveira Botin.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CECE**. Relator-Geral Ver. Reginaldo Pujol: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 03-07-19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 095/19. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 30 votos **SIM**.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Na verdade, eu quero ressaltar que o Botin foi ex-presidente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, e que tem o apoio irrestrito da nossa bancada. Muito obrigado.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL) (Requerimento): Presidenta, solicito a inclusão do Requerimento nº 099/19 na ordem de priorização de votação da Ordem do Dia da próxima segunda-feira.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Esta presidência faz um requerimento solicitando alteração da ordem de priorização do dia de hoje para inclusão, votação imediata e formação de bloco para votação dos Requerimentos nºs 093/19 e 098/19. Após retornamos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 093/19 – (Proc. nº 0353/19 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 05 de setembro destinado a assinalar o transcurso da Semana da Pátria.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 098/19 – (Proc. nº 0391/19 – Ver. José Freitas) – requer seja realizada Sessão Solene no dia 03 de setembro de 2019, às 19 horas, para entrega do Diploma de Honra ao Mérito à Associação Comunitária Vó Belina.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o bloco composto pelo Requerimento nº 093/19 e pelo Requerimento nº 098/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Conceição, que solicita a inclusão do Requerimento nº 106/19 na ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 106/19 – (Proc. nº 0422/19 – Ver. Cláudio Conceição) – requer seja encaminhada Moção de apoio à permanência da Unidade Básica de Saúde Elizabeth.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 106/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego Ofício nº 845/GP, do Sr. Prefeito Nelson Marchezan Júnior, que informa sua viagem nos dias 27 e 28 de agosto do corrente ano para participar de agendas em Brasília com o Presidente da República, com o Ministro-Chefe da Casa Civil, presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, presidente da Caixa Econômica Federal e outras agendas com demais ministérios, com pendência de confirmação; e no dia 29 de agosto, para participar da sessão pública de leilão da PPP de iluminação pública, em São Paulo.

Declaro nula a votação do Requerimento nº 106/19, de autoria do Ver. Cláudio Conceição.

Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Cláudio Conceição, solicitando a alteração da ordem de priorização de votação para que, imediatamente, seja votado o Requerimento nº 106/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 106/19 – (Proc. nº 0422/19 – Ver. Cláudio Conceição) – requer seja encaminhada Moção de apoio à permanência da Unidade Básica de Saúde Elizabeth.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 106/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, ao PLCE nº 016/18.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando retirada de tramitação do PELO nº 004/18.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando retirada de tramitação do PLL nº 035/14.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Ricardo Gomes. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Doze vereadores presentes. Não há quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h28min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0223/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 012/19, de autoria da Ver^a Fernanda Jardim, que altera o art. 154 e o *caput* do art. 154-A e revoga os incs. I e II do art. 154-A da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985 – que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, estabelecendo nova idade máxima da criança para a concessão de licença para fins de adoção.

PROC. Nº 0702/17 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 055/17, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que cria o Programa Geladeiroteca no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0091/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 049/19, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que institui o Programa Censo de Inclusão da Pessoa com Esquizofrenia no Município de Porto Alegre.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0147/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 008/19, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que altera o *caput* e o §2º e revoga o inc. III do § 1º, todos do art. 20-A da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro

de 1975, e alterações posteriores, modificando os critérios de permissão para cercamento de largos, praças e parques do Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0132/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 066/19, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que institui a campanha denominada Dezembro Verde – Não ao abandono de animais – e inclui a efeméride Mês de Combate ao Abandono de Animais – Dezembro Verde – no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de dezembro. **Com Substitutivo nº 01.**

PROC. Nº 0328/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 156/19, de autoria do Ver. Ricardo Gomes e outros, que estabelece normas para a prestação do serviço de utilidade pública de Linha Turismo no Município de Porto Alegre, inclui inc. VIII no *caput* do art. 3º da Lei nº 11.182, de 28 de dezembro de 2011 – que Institui a Taxa de Vistoria Veicular e a Taxa de Expedição de Identidade de Condutor do Transporte Público de Passageiros –, dispondo sobre a tabela de equivalência da tarifa da Linha de Turismo, e altera os arts. 20-A e 21-A da Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998 – que dispõe sobre o Sistema de Transporte e Circulação no Município de Porto Alegre, adequando a legislação municipal à federal, em especial ao Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências –, e alterações posteriores, dispondo sobre as definições e as modalidades de gerenciamento dos serviços de transporte turístico.

PROC. Nº 0234/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 110/19, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que altera a al. *j* do § 3º do *caput* do art. 9º da Lei nº 8.267, de 29 de dezembro de 1998 – que dispõe sobre o licenciamento ambiental no Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, elencando animais abrangidos por estudos de impacto de fauna que poderão ser exigidos no Relatório de Impacto Ambiental.

PROC. Nº 0356/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 006/19, que altera a Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos do Município. **(Altera taxa/juros de mora, índice/correção monetária e multa/mora incidente/créditos vencidos da Contribuição/Iluminação Pública – CIP.)**

PROC. Nº 0239/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 113/19, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que institui o Sistema Municipal de Museus e o Caminho dos Museus e inclui os eventos Semana Municipal dos Museus e Noite dos Museus no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a serem realizados na semana que incluir o dia 18 de maio e no sábado da semana que incluir o dia 18 de maio, respectivamente. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 0311/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 144/19, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, que obriga o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) a instalar, por solicitação do consumidor, em caráter transitório ou definitivo, equipamento eliminador de ar na tubulação de abastecimento de água que antecede o hidrômetro de seu imóvel.

PROC. Nº 0322/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 151/19, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que inclui a efeméride Dia de Conscientização e Prevenção ao Feminicídio no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 8 de agosto.

PROC. Nº 0339/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 161/19, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que denomina Rua Park Plaza o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Dois Mil, Setecentos e Dezesesseis, localizado no Bairro Jardim Carvalho.

PROC. Nº 0366/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 011/19, que inclui o § 5º no art. 2º da Lei nº 9.970, de 30 de maio de 2006, e alterações posteriores, que criou a Corregedoria da Guarda Municipal no âmbito do Município de Porto Alegre. **(Prestação de contas/relatório de atividades à SMTC.)**

PROC. Nº 0369/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 027/19, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Lar Gustavo Nordlund.

PROC. Nº 0370/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 028/19, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação dos Moradores das Vilas Elizabeth e Parque – AMVEP.

PROC. Nº 0381/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/19, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que concede a Comenda Porto do Sol ao jornal Correio do Povo.

PROC. Nº 0396/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 031/19, de autoria da Mesa Diretora, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao senhor Yossi Shelley.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h29min.)

* * * * *